



## FILIAIS E AGÊNCIAS BNU

### A presença do BNU na Praia

O Banco Nacional Ultramarino (BNU) instalou-se no arquipélago de Cabo Verde, na cidade da Praia. A inauguração da filial nessa cidade passou pela aquisição do imóvel, que acolheu os serviços do banco durante a sua permanência em Cabo Verde.

Durante o período que esteve em Cabo Verde, o BNU nunca mudou de edifício – mesmo que tivessem ocorrido oportunidades para tal. A economia cabo-verdiana estava muito assente na produção agrícola, que era muito afetada pelas persistentes secas. Este fraco desempenho conduziu a que a atividade bancária do BNU não estivesse muito dinamizada. Por arrasto, o investimento por parte dos poderes centrais em Lisboa também era pouco frequente. Por esse motivo, não houve qualquer reconstrução do edifício e a sua durabilidade assentou no recurso a esporádicas e superficiais reparações – o que contrasta com o que sucedeu noutras capitais coloniais onde o BNU esteve presente.

Na *Carta de Lei de 16 de Maio de 1864*, que criou o BNU, estava determinada a inauguração de dependências do banco em importantes praças nas colónias portuguesas em África, sendo uma delas no arquipélago de Cabo Verde. Tal foi concretizado e a agência inaugurada em outubro de 1865, na cidade da Praia, na ilha de Santiago.

Esta agência ficou a cargo do representante do banco, Clarimundo Martins, conforme a *Portaria de 4 de Outubro de 1865*, que foi comunicada pelo Ministério da Marinha e Ultramar ao governo colonial. A agência foi aberta com capital de 30 contos, praticando inicialmente, as operações bancárias de depósitos a juros, saques e letras.

Além da cidade da Praia, o BNU instalou, em 1894, a agência do Mindelo, na ilha de S. Vicente. Para além desta, foi aberta mais uma agência em Espargos, na ilha do Sal, a 15 de junho de 1948.

A 24 de setembro de 1889 foi adquirido imóvel na cidade da Praia, por escritura de doação em pagamento ao anterior representante. O imóvel passou assim a funcionar como filial do BNU em Santiago.



Para tal, este imóvel foi objeto de requalificação, tendo esta ficado concluída no ano de 1891. A requalificação incluiu trabalhos em alvenaria e vigamento em cibe<sup>1</sup> da Guiné. Ficou com área de 656 m<sup>2</sup>. Tinha dois pisos. O rés-do-chão servia de armazém com quatro divisões. O primeiro andar continha os escritórios da filial e a habitação do gerente. O edifício ficou com treze divisões e um pátio no piso térreo.



01 – Edifício da filial do BNU Santiago.  
Fachada para Praça Infante D. Henrique. Cerca de 1950.

No ano de 1889, o edifício da filial tinha como frentes a Rua Sá da Bandeira<sup>2</sup> (oeste), a Praça General Barros (sul) e a Rua Albuquerque (este) – no terço norte do quarteirão, ficava um imóvel pertencente a outro proprietário. A entrada principal para a zona de atendimento ao público, fazia-se pela Rua Sá da Bandeira e a entrada para a residência do gerente pela Praça General Barros.

Em 1911 e 1925, foram feitas intervenções no edifício, nomeadamente na aquisição de mobiliário novo e reparações na varanda e nas escadas, respetivamente.

A 17 de maio de 1926, a filial da Praia foi intimada, pela câmara municipal e pela Direcção dos Serviços de Saúde, a proceder à ligação do sistema de esgotos do edifício à rede de saneamento municipal. A autorização da administração em Lisboa foi confirmada por carta a 14 de junho. No entanto, a ligação não foi efetuada, mantendo-se dessa forma até 1950, aquando de nova intimação da Câmara, a 17 de novembro, tendo sido efetivada a 30 de dezembro.

Previa-se que em 1928, a cidade da Praia começasse a acolher um maior fluxo de viajantes por ser escala na rota dos hidroaviões, entre a Europa e a América do Sul.

Devido a esse facto e com o intuito de melhorar as condições do edifício, o gerente enviou orçamento a 19 de novembro de 1927 para reformulação da disposição das divisões nos dois pisos do imóvel. Assim, previa-se transferir para o primeiro andar, parte do arquivo da filial, e

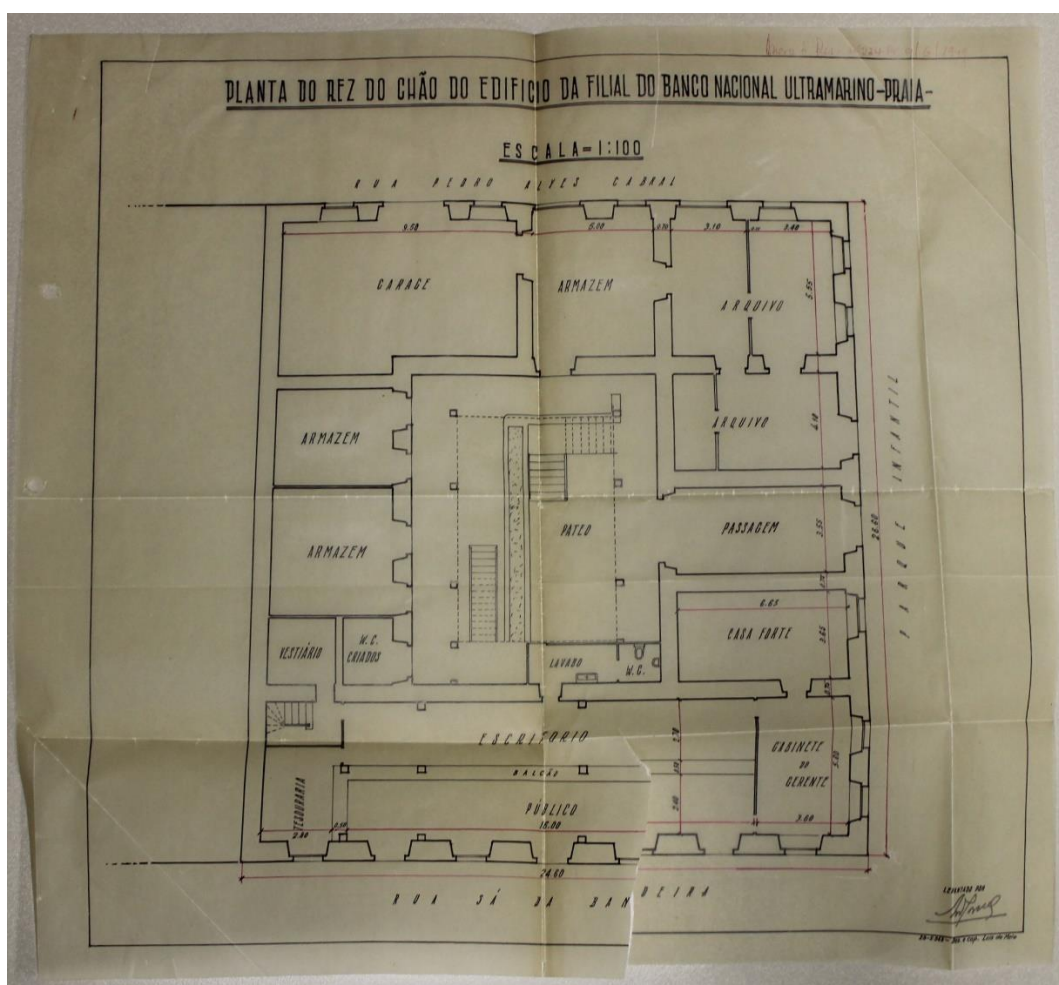
---

<sup>1</sup> Denominação local e coloquial da árvore palmácea, *Borassus aethiopum* (mart.). Também denominada de morumbe (Moçambique) ou palmeira-leque (S. Tomé).

<sup>2</sup> Anteriores designações: Rua do Cofre, Rua do Quartel. Atualmente, Avenida Amílcar Cabral.



passar para o piso térreo, todas as secções que tivessem contacto com o público: repartição de letras, operações gerais e tesouraria. O gabinete da gerência passaria para este piso e seria envidraçado, ficando mais próximo da casa forte – o que seria considerado uma vantagem na medida que evitaria as constantes deslocações do gerente para recolha e fornecimento de fundos. Com esta remodelação, toda a área relacionada com as atividades do banco passava a ficar voltada para a Rua Sá da Bandeira. Este orçamento foi aprovado pela administração a 23 de dezembro, e as remodelações, efetuadas logo de seguida, alteraram a disposição original das divisões do imóvel.



02 – Planta do rés-do-chão da filial do BNU Santiago. Datada de 1949-05-29.

Foram executados novos trabalhos de reparações no edifício no ano de 1937: paredes, pavimentos e canalização. Dois anos mais tarde, foi substituída a instalação elétrica.

Em telegrama enviado a 5 de março de 1930, da filial da Praia à sede, foi comunicado o interesse do diretor local dos Correios que, em promoção conjunta com o governador da província, pretendia adquirir o edifício do BNU para aí ser instalada a nova repartição daqueles



serviços na cidade. Antecipando os preparativos necessários, a gerência da filial indicou, em carta de 26 de março, que iria encarregar-se de pedir projetos e orçamentos para a adaptação de um edifício pertença do BNU na Praça do Albuquerque. Este ficaria apto a acolher a futura instalação da filial, após a eventual venda do edifício da Rua Sá da Bandeira.

Em resposta de 30 de abril, a administração mandou suspender qualquer estudo nesse sentido antes de se confirmar a venda do presente edifício. A 19 de maio, o governador da província apresentou o valor de 550 mil escudos para compra do imóvel. Este valor foi aceite pela administração a 15 de julho. No entanto, esta venda não teve qualquer avanço, desistindo os Correios e o governo colonial de dar qualquer seguimento.

Em memória descritiva, enviada a 18 de abril de 1939, e numa liquidação predial, datada de 18 de maio de 1949, confirmou-se que a localização do

edifício da filial do BNU, na cidade da Praia, teve uma mudança toponímica. Assim, os nomes das ruas passaram a ser os seguintes: Rua Vasco da Gama (oeste), Praça Infante D. Henrique (sul)<sup>3</sup> e Rua Pedro Álvares Cabral (leste). A parte norte do quarteirão continuava a pertencer a outro proprietário. A orientação das duas entradas principais manteve-se.



*03 – Edifício da filial do BNU Santiago. Fachada para Rua Sá da Bandeira. Cerca de 1950.*

Desta feita, a entrada para a zona de atendimento ao público dava para a Rua Vasco da Gama e a entrada para a residência do gerente continuava a ser feita pela praça.

A mencionada memória descritiva foi enviada à sede, com o intuito de alertar para a fraca qualidade estética e mediana dos materiais aplicados no edifício da filial. Para reverter essa situação, o gerente propunha obras de monta, de modo a tornar mais agradável a estética e o conforto no interior, bem como no exterior do edifício. Para tal, as intervenções propostas implicavam: a construção de uma nova escada, respetivo patamar e painéis envidraçados a

---

<sup>3</sup> Em 1963, esta praça ficou sem nome porque a câmara atribuiu o topónimo a outra praça da cidade. Em 1964, ano de comemoração do centenário do BNU, o arruamento passou a designação de rua e com o topónimo de Rua do Banco Nacional Ultramarino. Atualmente, mantém essa denominação mas somente na redação de Rua do Banco Ultramarino.



ocultá-la da sala do público; substituição do anterior balcão de atendimento ao público, que era em cimento armado, por um em madeira de macacaúba<sup>4</sup>; construção de uma divisória e porta para os lavabos destinados ao pessoal; construção de um lambril nas paredes interiores da sala do pessoal e do gabinete do gerente; revestir em madeira as seis colunas de cimento armado que sustentavam o pavimento da galeria; deslocação de vão da porta da arrecadação; substituição do pavimento do piso térreo por um revestido a mosaicos de duas cores; substituição dos vidros dos painéis, das portas e das janelas por uns novos de fantasia; envernizamento de todas as madeiras; pintura das paredes e dos tetos; reparação do reboco exterior e sua pintura, bem como dos caixilhos e das grades das janelas; alargamento da porta da garagem. A reparação e limpeza da frontaria do edifício da filial era obrigatória, devido a intimação por edital da câmara municipal publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, de 15 de abril de 1939. Esta intimação devia-se à visita prevista do presidente da república àquela ilha no mês de junho. Como o edifício da filial apresentava uma frontaria bastante danificada e não era pintado há mais de seis anos tendo em conta que se localizava na Praça Infante D. Henrique, onde se situava também o Palácio do Governo, esta intimação tinha carácter de urgência.

A 9 de maio de 1939, a administração não autorizou as reparações propostas, uma vez que não estavam incluídas no plano de obras do BNU para aquele ano. Como as reparações e as pinturas exteriores eram obrigatórias, estas foram sancionadas em correspondência posterior datada de dia 31. Estas obras foram executadas antes do mês de junho. No entanto, devido à necessidade de as concluir antes desse mês, a pintura das portas e caixilhos das janelas foram adiadas para o ano seguinte.

Em carta de 12 de fevereiro de 1940, em resposta a novo pedido da filial, datado de 21 de dezembro do ano anterior, a administração autorizou as reparações e melhorias nos interiores do edifício, tal como havia sido orçado. Devido ao atraso na receção da matéria-prima e na dificuldade em empregar funcionários qualificados, o início destas obras e das pinturas das janelas referidas anteriormente, tiveram início somente no mês de dezembro de 1940.

---

<sup>4</sup> Árvore brasileira da família das Leguminosas de madeira avermelhada.



A 31 de maio de 1941, a gerência informou a sede de que a verba orçamentada tinha sido excedida em virtude do aumento do preço dos materiais e do orçamento inicial ter sido



*04 – Edifício da filial do BNU Santiago. Plano geral fotografado da Praça Infante D. Henrique. Cerca de 1960.*

elaborado de forma incompleta porque não contemplava despesas de reparações que tiveram de ser efetuadas. Estas despesas adicionais foram aprovadas em carta da administração de 7 de agosto.

A 10 de outubro, por motivos de infiltração, foi pedida autorização para reparações no telhado. Esta foi concedida a 7 de novembro.

Foram feitas alterações no arquivo e nas janelas da fachada poente, respetivamente, nos anos de 1944 e 1946.

Em junho de 1949 avançou-se com a possibilidade da construção de uma nova casa-forte, uma vez que a atual apresentava-se exígua para as necessidades. No entanto, devido a informação da Inspeção Geral das Dependências-Ultramar, produzida a 29 desse mês, que fora exarada com base em informações verbais obtidas do anterior gerente, Clarence Mendes, optou-se por retirar da casa-forte todos os documentos com mais de cinco anos do seu interior e que passassem a ser guardados num dos armazéns do edifício – este passou a funcionar como arquivo da filial.

A 5 de setembro de 1955 foi enviado orçamento com proposta para novas reparações profundas no edifício da filial. Estas implicavam: betonagem e pintura dos tetos e paredes; substituição de algumas tábuas no soalho; ampliação das aberturas existentes na sala da contabilidade para melhorar o sistema de ventilação; adaptar os lavabos ao novo sistema de canalização<sup>5</sup>. Este orçamento foi aprovado pela administração em carta de 1 de outubro. Estas obras começaram somente em março de 1956, por motivos de indisponibilidade do encarregado.

A 11 de julho de 1956, a administração questionou a filial sobre a possibilidade de adquirir terrenos para a construção de moradias para os funcionários do banco. Em resposta de dia 19, a filial informou ter encetado comunicações com as autoridades municipais e do governo

---

<sup>5</sup> Que entretanto, em Dezembro de 1950, tinha sido ligado à rede geral de esgotos do município.



colonial. Nessa resposta, foi mencionado o enquadramento das moradias a construir na designação de 'casas de renda módica' da província, o que as habilitaria a isenções de direitos e impostos no material importado<sup>6</sup>.

Em carta de 4 de outubro, a filial informou a administração que, após visita pelas ruas da cidade da Praia acompanhados dos engenheiros-diretores das obras públicas e do presidente da câmara municipal, foram

selecionados os terrenos onde pudessem ser implementados os projetos para as moradias. Foi selecionado, no somatório de terrenos dispersos pela cidade, um total de 3.000 m<sup>2</sup>. Foi também indicado que para cumprir com os trâmites da estética imposta naquela cidade, as moradias não podiam ter mais do que dois pisos.



*05 – Interior edifício da filial do BNU Santiago. Zona do público, balcão e operações gerais à direita. Ao fundo, situava-se a tesouraria. Cerca de 1950.*

A 23 de outubro, a administração solicitou que se iniciassem negociações com os proprietários dos terrenos selecionados. Nessa comunicação, foi também indicado que se planeava construir um número total de habitações para 12 funcionários.

A 20 de abril de 1957, foi enviada proposta para construção de moradias para os funcionários do BNU. Esta proposta foi elaborada pelo engenheiro civil, José Joaquim Brandão Calhau. Propunha a aquisição de um terreno com área de 2.630 m<sup>2</sup>, que pertencia à câmara municipal e situava-se na zona do Plateau, enquadrado pelas ruas Pinheiro Chagas<sup>7</sup>, Neves Ferreira e General Barros. A proposta assentava na edificação de blocos de dois pisos. Tinha como vantagem a escassa urbanização do terreno e ser relativamente plano, o que facilitaria a sua terraplanagem. Outra vantagem era a sua centralidade – a sede dos Correios ficava na mesma rua Pinheiro Chagas e o Palácio do Governo ficava no quarteirão seguinte –, tendo em conta a escassez de terrenos em oferta na cidade à época.

<sup>6</sup> Art.º 8º do Decreto n.º 40.633, de 4 de junho de 1956 (B.O. n.º 27, de 7 de junho de 1956).

<sup>7</sup> Atual R. Dr. Júlio Abreu.



Em correspondência de 16 de dezembro de 1958 foi comunicada a instalação de sistema elevatório para ligar os dois pisos do edifício da filial. Este sistema tinha como função o transporte de documentação entre as diferentes secções que operavam nos dois pisos.

Em finais de 1959, quando a câmara municipal adjudicou a remodelação da rede elétrica da cidade da Praia, a gerência da filial do BNU aproveitou o ensejo para atualizar a rede elétrica da filial e da residência do gerente. Foi enviado orçamento com esse objetivo à administração, a 21 de setembro, e com carácter de urgência de modo a poderem ligar-se com a devida brevidade. A autorização foi enviada a 9 de outubro.

A 19 de março de 1964 foi enviado orçamento para obras de conservação do edifício da filial. Estas obras eram consideradas importantes, tendo em conta a antiguidade do imóvel que pertencia ao banco desde 1888. Este orçamento foi elaborado pelo engenheiro David Graciano Cohen, sócio principal da Empresa Industrial Construtora, Lda. – que recentemente se havia instalado na cidade da Praia. Previa o orçamento: pinturas gerais no interior e no exterior; substituição e reparação dos caixilhos e das portas; reparação dos soalhos; consolidação do vigamento; construção de instalações sanitárias na zona dos serviços e na residência do gerente; beneficiação da cozinha; reparações nas paredes; substituição das vidraças; substituição do forro em algumas divisões.

A 11 de junho desse ano, foi solicitado ao Serviço de Obras o pedido para fabrico de uma placa em mármore para identificar o novo nome da rua onde se situava a filial do BNU. Esta alteração toponímica para 'Rua do Banco Nacional Ultramarino' devia-se à comemoração do centenário do banco nesse ano.

A 8 de setembro de 1967 foi enviada nova exposição a solicitar urgência na resposta às obras de conservação atrás mencionadas. Esta exposição reiterou que as obras atuariam no exterior e no interior, bem como salientou que aquelas implicavam a sustentação do primeiro andar que ameaçava derrocada.

A 4 de dezembro, a filial enviou carta a informar que a câmara municipal da cidade da Praia, através do *Edital n.º 12/67*<sup>8</sup>, havia intimado para que o edifício do banco naquela cidade fosse pintado ou caiado no prazo de 30 dias. Esta medida devia-se à iminente visita do presidente da República Portuguesa no ano seguinte a Cabo Verde. Uma vez que a autorização para o orçamento enviado anteriormente à administração ainda não tinha sido validado, a filial informou que teria de proceder às reparações e à pintura das paredes exteriores, comunicando para tal o montante do orçamento. O Serviço de Obras do BNU autorizou esse procedimento em carta datada de 20 de dezembro. Estes trabalhos foram concluídos no dia 30 de dezembro.

---

<sup>8</sup> Publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde n.º 48, de 2 de Dezembro de 1967.





Em carta de 17 de maio de 1968, a filial reiterou a necessidade de reparações ao edifício com a menção à instabilidade do soalho do primeiro andar. O Serviço de Obras, a 30 de maio, solicitou que fosse enviado orçamento discriminado das intervenções a executar. A filial respondeu em conformidade, a 26 de agosto, com novo orçamento elaborado pelo engenheiro Cohen.

Previendo a indisponibilidade do edifício durante o decorrer das obras, a filial levantou essa preocupação em carta de 17 de setembro de 1968. Mais tarde, enviou a 28 de novembro uma proposta para arrendar um imóvel na cidade da Praia – pertença da firma C. de Vasconcelos (Herdeiros), Lda. – a fim de acolher, provisoriamente, os serviços do banco. A 19 de setembro de 1969, perante a ausência de resposta, a firma C. de Vasconcelos informou que não lhes interessava efetivar o contrato de arrendamento.

A 27 de março de 1971, a administração do BNU destacou à filial da cidade da Praia, o arquiteto Manuel Alzina de Menezes para que este vistoriasse e estudasse as remodelações necessárias para modernizar o edifício. Este constatou o péssimo estado de conservação e as precárias condições das instalações do banco, bem como da residência do gerente.

A 28 de março de 1972, sem qualquer deferimento sobre os pedidos anteriores, a filial enviou nova comunicação a questionar ponto de situação. Em sessão do Conselho de Administração do BNU de 10 de agosto, foi autorizado o estudo para a resolução definitiva das instalações precárias da filial do BNU na Praia, bem como da agência em S. Vicente.

A 2 de dezembro, a filial expediu nova correspondência a indicar a possibilidade de se instalar provisoriamente num edifício da cidade, pertencente à empresa Serbam.

A fevereiro de 1973, aquando de uma visita do administrador Abel Beja Corte Real, este autorizou as obras de urgência na casa de banho da residência, no arquivo do banco e no reforço do apoio do pavimento superior.

Numa informação de 14 de março de 1974, o arquiteto Alzina de Menezes, recomendou que a filial acordasse as condições de arrendamento com a Serbam e que contratasse o projeto para construção do novo edifício.

O advento da independência em Cabo Verde suspendeu todas estas intenções de melhorias.

Iniciada através da assinatura do acordo entre Portugal e o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), em dezembro de 1974, a independência foi proclamada a 5 de julho de 1975. Nessa ocasião, foi também criado o banco central dessa nova nação que adotou o nome de Banco de Cabo Verde (BCV) através da *Decisão com Força de Lei nº 25/75 de 29 Setembro*. Esta conferiu ao BCV, em regime de exclusividade, as funções de banco central e emissor, de autoridade cambial, de caixa do Tesouro e de banco comercial.



A 1 de julho de 1976 foram transferidos os ativos e passivos do BNU nesse país para o BCV. Nestes estavam incluídos todos os imóveis pertencentes ao BNU no arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente o edifício da filial.

Na década de 1990, o governo de Cabo Verde procedeu à aprovação de uma nova Lei Orgânica para o BCV com a finalidade de o desvincular da vertente comercial que ainda pertencia às suas funções. Assim sendo, no dia 1 de setembro de 1993, foi criado o Banco Comercial do Atlântico, SARL (BCA), separando assim as vertentes de supervisão da vertente comercial que vinham a ser desempenhadas em exclusivo pelo BCV desde a sua data de fundação. A partir desta data, o BCV assumiu somente as funções de banco central, ficando o BCA a operar como banco comercial e de desenvolvimento.

Num processo de evolução que prosseguiu nos anos seguintes, o governo de Cabo Verde autorizou a alienação de parte das ações que detinha no BCA. O *Decreto-lei nº 70/98* e a *Resolução nº 74/98*, ambos de 31 de dezembro de 1998, outorgaram essa decisão, bem como a regulamentação do concurso internacional para aquisição das respetivas ações. No resultado dessa negociação, foi selecionado como parceiro estratégico para o BCA o Grupo constituído pela Caixa Geral de Depósitos/Banco Interatlântico, que adquiriu 52,5% do capital do BCA, em fevereiro de 2000.

O edifício onde atualmente funciona a sede do BCA, na atual Avenida Amílcar Cabral (antiga Rua Sá da Bandeira), na cidade da Praia, ilha de Santiago, trata-se do edifício remodelado da antiga filial de Santiago do BNU.

**Nuno Fernandes Carvalho**

Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Novembro de 2016